

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO SOCIAL PARA O TURISMO

THE IMPORTANCE OF SOCIAL INCLUSION FOR THE TOURISM

¹LEME, A. C; ²SILVA, A. C; ³PECCIOLI FILHO, N. H.

¹Discente do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Ourinhos

²Discente do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Ourinhos

³Professor da Disciplina de TCC e Orientador do trabalho

RESUMO

A cada dia cresce mais a consciência de que o desenvolvimento econômico deve se aproximar do desenvolvimento social. O turismo como inclusão social é um fator que busca uma maior interação entre as Pessoas Portadoras de Deficiência, pois toda pessoa com necessidades especiais tem direito ao lazer e ao turismo. O objetivo deste trabalho é fazer com que todos os envolvidos na atividade turística e a comunidade tenham consciência da importância da inclusão dos portadores de deficiência no turismo e na sociedade. Os resultados que se pretende alcançar com esse artigo é o aumento da sensibilização dos indivíduos para com as pessoas portadoras de deficiência. Todas informações foram baseadas em livros e outras fontes. Dessa forma há a necessidade de adaptações nos produtos turísticos e maior capacitação profissional visando o atendimento adequado e a integração no turismo. Isso pode beneficiar tanto a atividade turística quanto o portador de deficiência. Essa interação é de suma importância, pois faz com que agregue valor sócio-econômico para o atrativo e uma opção de lazer e turismo para esses portadores de deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Inclusão, Deficiente.

ABSTRACT

Day by day, the conscience grows more to that the economic development must get closer the social development. The tourism as social inclusion is a factor that searches a bigger interaction among the people that have a physical deficiency; therefore everybody with special necessities has the right to the leisure and to the sightseeing. The object of this project is making that everybody involved in the sightseeing activity and the community has conscience about the importance of the inclusion of the Deficiency physical in the tourism and the society. The results that it intends to achieve with this article are the increase of the sensitization of the individuals with people that have a physical deficiency. All the information has been based on books and others sources. This way there is a necessity of adjustment in the tourist products and a bigger further professional qualification aiming the appropriate service and the integration in the sightseeing or tourism. This can benefit as much the tourist activity as the person who has a physical deficiency. This interaction is utmost importance, because that adds economical social value for the attractive and an option of leisure and tourism for these people that have a physical deficiency.

KEYWORDS: Tourism, Inclusion, Deficient.

INTRODUÇÃO

O Turismo com responsabilidade social vem beneficiar a comunidade, o meio ambiente e o turista, respeitando todas as diferenças.

Todas as pessoas têm o direito de ir e vir, direito ao lazer e ao bem estar. A interação das Pessoas Portadoras de Deficiência – PPDs na sociedade é fundamental, pois essas pessoas se sentem excluídas do meio em que vivem e se privam da participação das atividades turísticas, por falta de infra-estrutura adequada, capacitação de serviços e falta de conscientização e preparação da comunidade local.

Fazendo com que todos os envolvidos com o turismo tenham responsabilidade social e conscientização para com essas PPDs, adequando o produto para melhor atendê-los.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Uenoyama (2004), para o turismo tornar-se um meio de desenvolvimento sustentável é necessário que respeite, beneficie e satisfaça as expectativas do turista. Para isso é importante que os órgãos competentes do turismo, órgãos governamentais, empresas privadas e comunidade local tenham o compromisso e a consciência de melhoria de vida para as pessoas, agindo com responsabilidade social.

Melo Neto et al *apud* Ramos (2004), afirma que responsabilidade social é muito mais delicada do que parece, pois tem que se compreender os aspectos dos direitos humanos, direitos dos empregados, direito do consumidor, o envolvimento da comunidade, relação entre fornecedores, monitoramento e avaliação de desempenho, direito dos grupos de interesse entre outros.

Segundo Kotler *apud* Uenoyama (2004)

Responsabilidade social são atribuições que a sociedade estipula para as instituições, tendo por objetivos definir algumas obrigações relacionadas a preservação do meio ambiente, dos direitos das minorias e dos direitos das populações estabelecidas (nativas ou não). Muitos empresários do setor turístico, infelizmente, ainda entendem que sua responsabilidade

social é exclusivamente para com o turista, restrita unicamente ao cumprimento da obrigação legal de oferecer-lhe o que é prometido nas divulgações para venda de pacotes e ofertas turísticas.

Não é necessário grande investimento para obter melhorias na comunidade local, mas aumentar a conscientização através do planejamento sustentável e responsabilidade social.

Segundo Ashley *apud* Ramos (2004), a responsabilidade social possui vários parâmetros, pode representar idéias de responsabilidade e obrigação com a prática social, papel social e função social, um comportamento eticamente responsável, contribuições caridosas, ser socialmente consciente ou responsável por algo.

O turismo é uma importante ferramenta para a inclusão social deste público, pois a PPD tem condição de superação e de vencer os obstáculos.

Em Goiás – GO, no Parque Estadual Altamiro de Moura, existe infraestrutura adequada para deficientes visuais, a primeira trilha equipada com cordas, placas em Braille com informações sobre a fauna e a flora da região, a trilha possui 800 metros e faz com que o deficiente visual tenha mais integração com a natureza¹.

As PPDs dificilmente conseguem encontrar lugares onde se tem infraestrutura adequada e pessoas capacitadas para atendê-los. Os responsáveis pelo produto turístico e as empresas turísticas necessitam de conscientizar-se que um deficiente também necessita de bons produtos, atendimento adequado, estrutura entre outros.

O Decreto 5296 de 02/12/2004 (Capítulo III, art. 8º) define:

Acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A cidade de Socorro – SP é considerada referência em acessibilidade. Estão sendo investidos R\$ 1,3 milhões no Projeto Socorro Acessível, do Programa Aventura Segura, e está sendo possível através de parcerias com

¹ Acessível no endereço eletrônico: <http://www.turismo.gov.br/portalmtur/>: Acesso em 20 de junho de 2008.

a Prefeitura e ONGs locais, construindo por exemplo, calçadas, edifícios públicos estão se adaptando, empresas turísticas, restaurantes, produtos turísticos, e treinamento de profissionais para facilitar o acesso aos residentes e turistas com qualquer tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, segundo o Ministério do Turismo – Informativo de maio de 2008.

Henriques e Lima (2004), afirmam que todas as PPDs tem o direito e oportunidades inclusive ao turismo. Segundo a Lei Política Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência - PPD, no decreto 914, de 06 de dezembro de 1993, em seu Art. 3º. Conceitua:

“Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perda ou anomalia de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram incapacidade para o desenvolvimento de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

O turismo de inclusão vem dando oportunidades a essas pessoas para participarem de atividades comuns ou junto a grupos segmentados. É de responsabilidade social de todos a interação com essas pessoas.

Segundo os estudos feitos pelo IBGE (Censo 2000) na categoria para deficientes, o Brasil possui cerca de 24,6 milhões de pessoas que se identificam como portadoras de deficiência física, onde 19,8 milhões de pessoas se encontram em zona urbana e 4,8 milhões em zona rural².

Romani e Moreira (2004), afirmam que segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, os deficientes se dividem em: deficiente visual – cegueira total e visão reduzida; deficiente mental – leves, moderadas, severas e profundas; deficiente auditivo – total ou parcial; deficiente físico – tetraplégica, paraplegia e outros; deficiente múltiplo – duas ou mais deficiência associada.

Segundo as Normas da ABNT NBR 9050/2004, há necessidade de adaptações das instalações como rampas com largura mínima de 1,20 m e inclinação máxima de 8,33%, barras de apoio, sanitários adequados, sinalização em Braille, profissionais especializados, acesso a bebedouros facilitados, entre outros.

² Acessível no endereço eletrônico: <http://renatojornalismo.blogspot.com/2008/04/o-nmero-de-portadores-especiais-no.html>. Acesso em 20 de junho de 2008.

De acordo com Zermiani, Cruz e Wöhlke (2004), têm que haver integração da parte de todos, ou seja, comunidade, empresas públicas, privadas onde constitui em formas de inserção social desses portadores, há uma necessidade de modificar a sociedade para que a mesma se torne capaz de acolher e respeitar essas PPDs. Tem que haver uma receptividade entre as pessoas.

A prática da inclusão social é indispensável para o profissional de turismo e lazer, sob alguns princípios: aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação.

A inclusão social na prática não é tão simples de ser realizada, como é na teoria, muitas vezes a total falta de conhecimento a respeito dessas PPDs faz com que se crie preconceitos, muitos não procuram conhecer os deficientes, a única maneira de combater o preconceito e a discriminação é através da informação. A falta de investimento público também faz com que dificulte as melhorias em infra-estrutura.

É necessário a existência da oferta turística e isso depende da organização de todos os envolvidos na prática desta atividade, fazendo com que todos estejam agrupados para compor o produto turístico, e fazer com que qualquer pessoa deficiente ou não usufrua o produto.

CONCLUSÃO

As Pessoas Portadoras de Deficiência fogem dos padrões que a sociedade impõe, portanto, cada vez mais a necessidade de conscientização, o investimento em recursos financeiros, a importância da valorização das diferenças entre as pessoas, e uma maior inserção das mesmas na comunidade vem crescendo, pois, para que todas as pessoas tenham oportunidades, para que todos exerçam seu direito de convívio, tem que haver essa interação.

A inserção e a interação dessas pessoas tem que ser realizada de forma correta, para que as mesmas não sofram nenhum tipo de preconceito, alcançando assim resultados positivos e benéficos e fazendo com que o

portador participe mais ativamente da sociedade, pois toda sociedade tem a ganhar compreendendo essas pessoas.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE. Documento eletrônico. {on line}. Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.turismo.gov.br/portalmtur>>. Acesso em 20 de junho de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). 9050/2004. **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.** 2ª edição/ 31.05.2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **A Indústria do Turismo Decola** Informativo, maio 2008. pg 17e 19.

GALVÃO, Renato. **O Número de Portadores Especiais no Brasil, 2008** Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://renatojornalismo.blogspot.com/2008/04/o-nmero-de-portadores-especiais-no.htm> >. Acesso em 20 de junho de 2008.17h: 26min.

HENRIQUES, H. L; LIMA, I. S. M. **Responsabilidade Social do Turismo na Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida.** In: BAHL, Miguel. **Turismo com Responsabilidade Social.** São Paulo: Roca, 2004. pg. 759.

RAMOS, S. E. V. C. **Turismo e Responsabilidade Social.** In: BAHL, Miguel. **Turismo com Responsabilidade Social.** São Paulo: Roca, 2004. pg 372 e 373.

ROMANI, Graziela; MOREIRA, J. C. **Integração Social: Surdos, Profissionais de Turismo e Aprendizado da Língua de Sinais.** In: BAHL, Miguel. **Turismo com Responsabilidade Social.** São Paulo: Roca, 2004. pg 770.

UENOYAMA, R. H. S. **Desenvolvimento do Turismo com Responsabilidade Social.** In: BAHL, Miguel. **Turismo com Responsabilidade Social.** São Paulo: Roca, 2004. pg 5.

ZERMIANI, B.B; CRUZ, M. B; WÖHLKE, Marina. **Turismo e Portadores de Necessidades Especiais: relatos de experiência “Colônia de Férias Especiais Tempo Feliz” – Balneário Camboriú/SC.** In: BAHL, Miguel. **Turismo com Responsabilidade Social.** São Paulo: Roca, 2004.